

CENÁRIOS E PERSPECTIVAS DA GESTÃO FISCAL



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Fazenda

Prof. Dr. Mauro Benevides Filho

7 de Junho de 2017

CONJUNTURA ECONÔMICA

Visão Geral



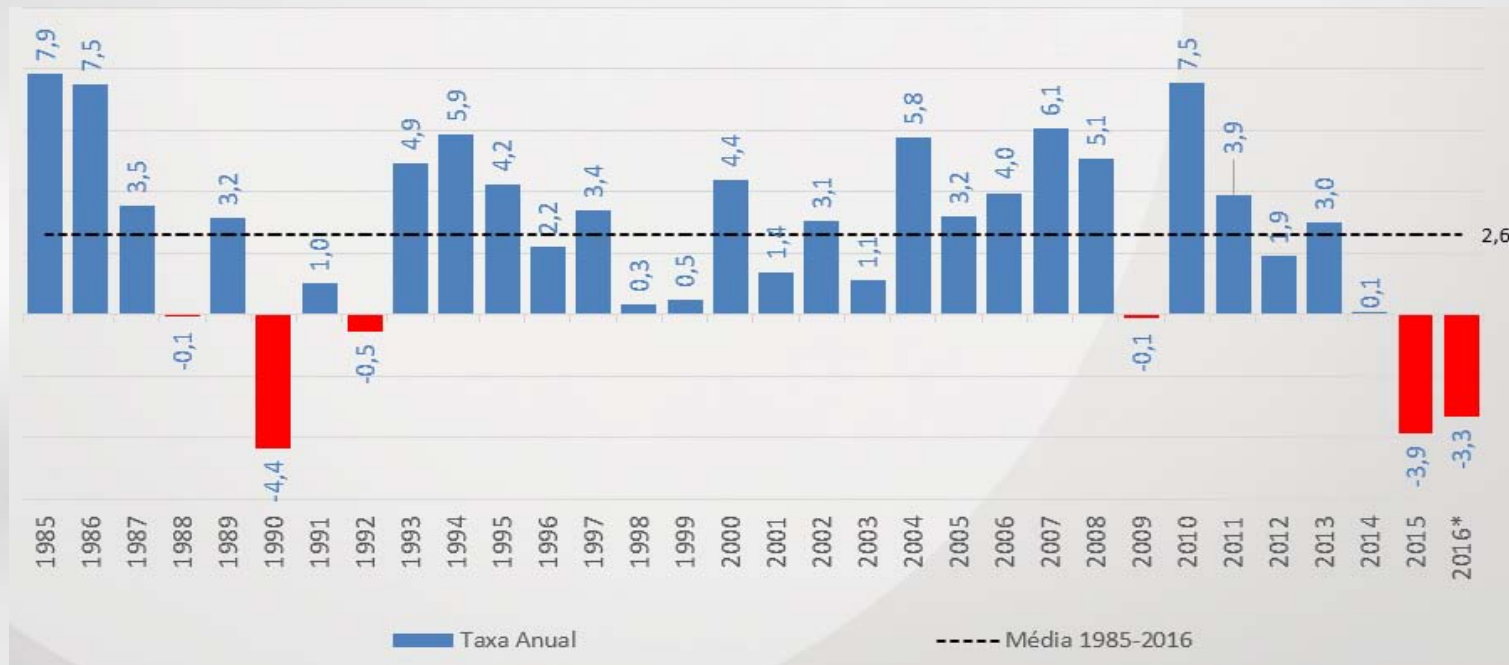
CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

O Brasil vive a maior recessão desde o início do século XX, motivada principalmente pelo desequilíbrio fiscal.

Variação acumulada (%)

1929-31	-5,3
1980-83	-6,3
1989-92	-3,8
2015-16	-7,0

Taxa Anual de Crescimento do PIB (% ao ano)



RANKING PIB PAÍSES – 1.º TRIMESTRE 2017/2016

Crescimento do PIB 1.º TRIM. 2017/2016 comparação anual em %

Ranking	País	%	Ranking	País	%
1	China	6,90%	21	Finlândia	2,70%
2	Filipinas	6,40%	22	Taiwan	2,60%
3	Índia	6,10%	23	Noruega	2,60%
4	Malásia	5,60%	24	Ucrânia	2,40%
5	Indonésia	5,00%	25	Áustria	2,30%
6	Estônia	4,40%	26	Suécia	2,20%
7	Hong Kong	4,30%	27	Dinamarca	2,20%
8	Hungria	4,10%	28	Peru	2,10%
9	Israel	4,00%	29	Reino Unido	2,10%
10	Polônia	4,00%	30	Estados Unidos	1,90%
11	Letônia	3,90%	31	Alemanha	1,70%
12	Lituânia	3,80%	32	Japão	1,60%
13	Holanda	3,40%	33	Bélgica	1,50%
14	Tailândia	3,30%	34	Colômbia	1,10%
15	Eslováquia	3,10%	35	França	0,80%
16	Espanha	3,00%	36	Itália	0,80%
17	México	2,80%	37	Rússia	0,50%
18	Coreia do Sul	2,80%	38	Grécia	-0,30%
19	Portugal	2,80%	39	Brasil	-0,40%
20	Cingapura	2,70%			

Fonte: Austing Rating



CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

Agropecuária puxa taxa

Variação % do PIB, a preços de mercado

Trimestre x mesmo trimestre ano anterior

Ótica da produção



Ótica da despesa



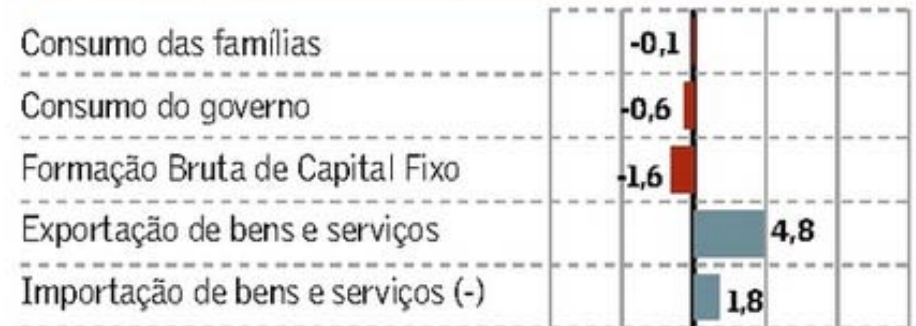
PIB: -0,4%

Trimestre x trimestre anterior

Ótica da produção



Ótica da despesa



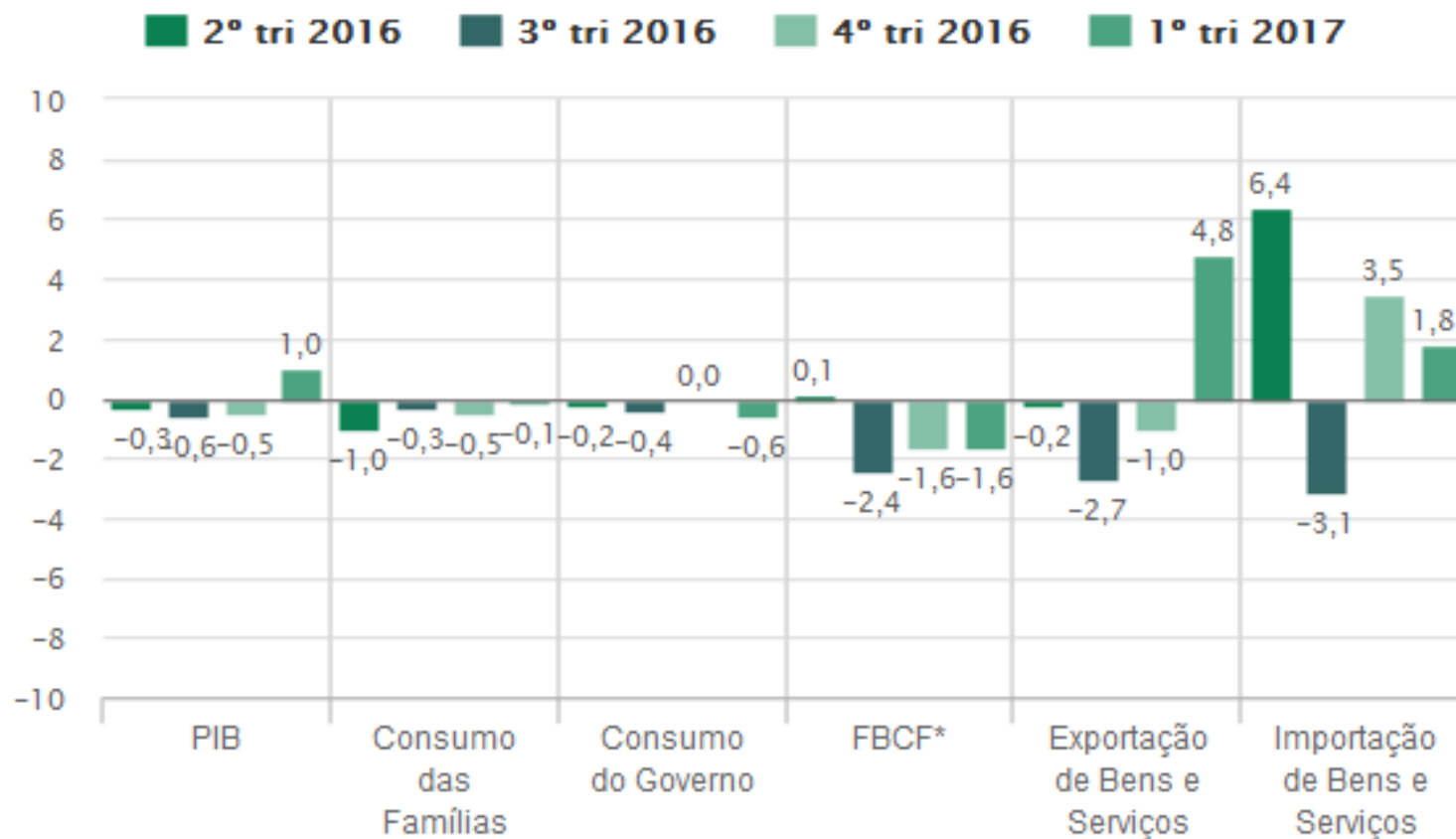
PIB: 1,0%



CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

Variação em relação ao trimestre anterior (%)

Série com ajuste sazonal



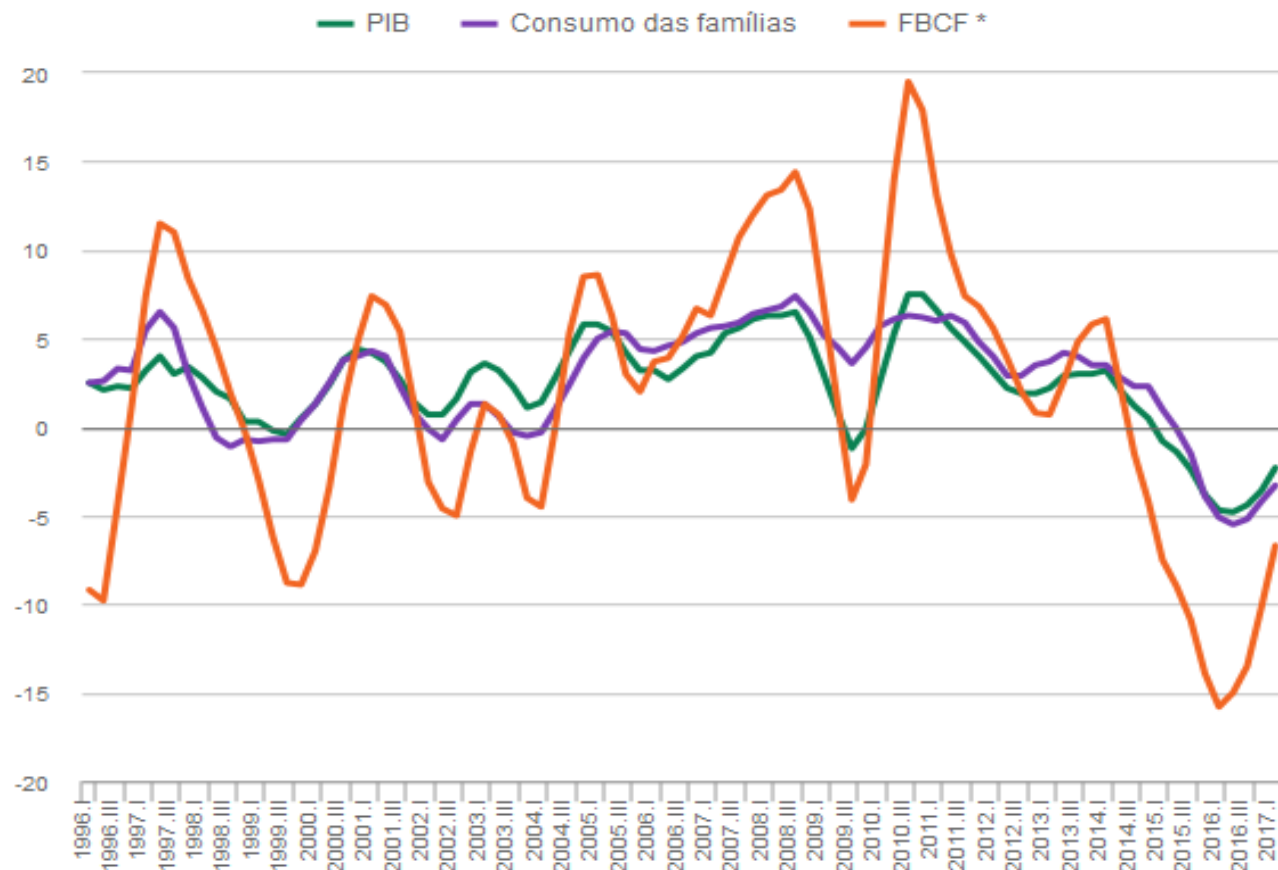
Fonte: IBGE/ Veja



CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

■ PIB, consumo das famílias e FBCF*

Taxa acumulada em quatro trimestres - em relação ao mesmo período do ano anterior - %



Fonte: IBGE. Elaboração: Valor Data. *FBCF = Formação Bruta de Capital Fixo



Perda de empregos foi maior nos serviços

Crise destruiu 390 mil postos de trabalho com carteira assinada no setor em 2016, quando país perdeu 1,3 milhão de vagas

Saldo negativo fez de 2016 o segundo pior ano da história para o emprego no mercado formal, depois de 2015

MAELI PRADO
DE BRASÍLIA

Maior empregador da economia brasileira, o setor de serviços teve em 2016 o seu pior ano da história no mercado de trabalho formal, segundo dados divulgados nesta sexta-feira (20) pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Foram eliminadas 390 mil vagas com carteira assinada no setor, o pior resultado desde 2002, quando foi iniciada a série histórica do ministério. Foi o único setor de peso em que o saldo negativo de vagas foi maior do que em 2015. Considerando todos os setores, o Brasil perdeu em 2016 1,32 milhão de postos de trabalho formais, resultado pior somente do que em 2015, quando foi cortado 1,54 milhão de vagas.

Indústria, comércio e construção civil tiveram o segundo pior ano da história, eliminando, respectivamente, 323 mil, 359 mil e 204 mil vagas formais. Nos três casos, saldos negativos menores do que no ano anterior.

“Indústria e construção começaram a piorar antes, em 2014, quando o resultado ge-

ral ainda ficou positivo porque comércio e principalmente serviços mais que compensaram a queda”, disse Thiago Xavier, da consultoria Tendências. “O setor de serviços sentiu só em 2016 todo o impacto da crise econômica.”

Dentro de serviços, os segmentos que tiveram o pior desempenho foram os ligados a comércio, administração, imóveis e serviços técnicos, com a eliminação de 178 mil vagas com carteira assinada.

Apesar de continuar sofrendo com a crise no ano passado, a indústria de transformação eliminou quase a metade do número de vagas formais que cortou em 2015 (foram 323 mil, ante 609 mil no ano retrasado).

Os segmentos que mais eliminaram postos de trabalho na indústria foram material de transporte (com corte de 51 mil vagas), metalúrgica (45 mil) e indústria mecânica (37 mil vagas).

O único segmento que conseguiu gerar mais vagas formais do que cortou foi o calçadista, com um saldo positivo de 4,4 mil postos de trabalho com carteira.

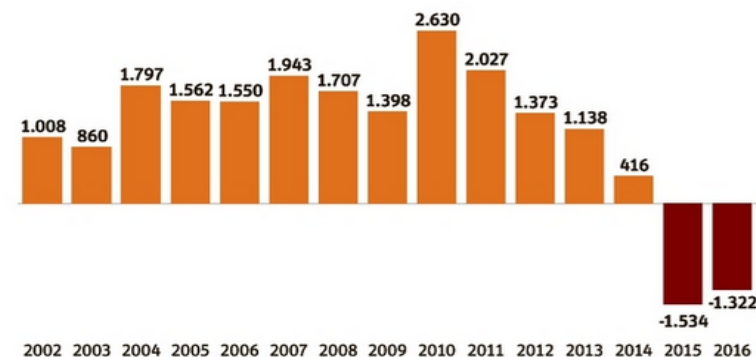
Já a construção civil eliminou 359 mil postos de trabalho em 2016, número melhor somente que o de 2015, que teve saldo negativo de 417 mil vagas formais.

No caso do comércio, houve a eliminação de 204 mil vagas, ante 219 mil postos de

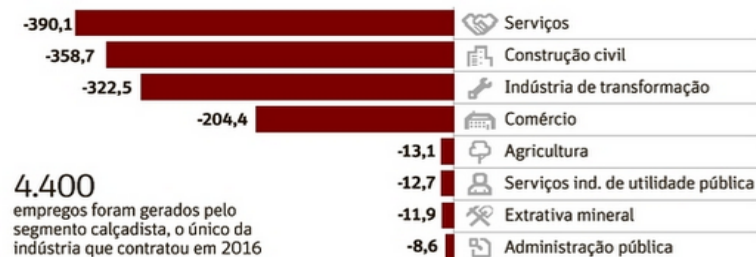
NÃO HÁ VAGAS

País fecha vagas no setor formal pelo segundo ano consecutivo

Saldo das vagas no emprego formal, em mil



Saldo por setores em 2016, em mil



4.400

empregos foram gerados pelo segmento calçadista, o único da indústria que contratou em 2016

Fonte: IBGE

trabalho que deixaram de existir no setor em 2015.

Regionalmente, o Rio de Janeiro, Estado com uma das piores situações financeiras, foi o que mais eliminou postos de trabalho em 2016.

ABAIXO DO ESPERADO

Dezembro de 2016 foi o 21º mês consecutivo em que o país demitiu mais trabalhadores do que contratou — a quantidade de demissões superou as contratações em 462 mil, menos do que os 596 mil registrados no último mês do ano retrasado.

Além disso, o saldo negativo veio abaixo do esperado pelo mercado, que apostava em um número acima de 550 mil. Mesmo assim, a avaliação de Xavier é que ainda não há razão para comemorar.

“No ano passado ainda houve mais demissões que contratações”, disse Xavier.

A expectativa da consultoria é que 2017 será um ano em que as contratações voltarão a superar as demissões. “Mas a criação de postos tende a ser moderada e lenta. É difícil pensar em uma velocidade rápida enquanto o PIB demora tanto a reagir”, afirmou.

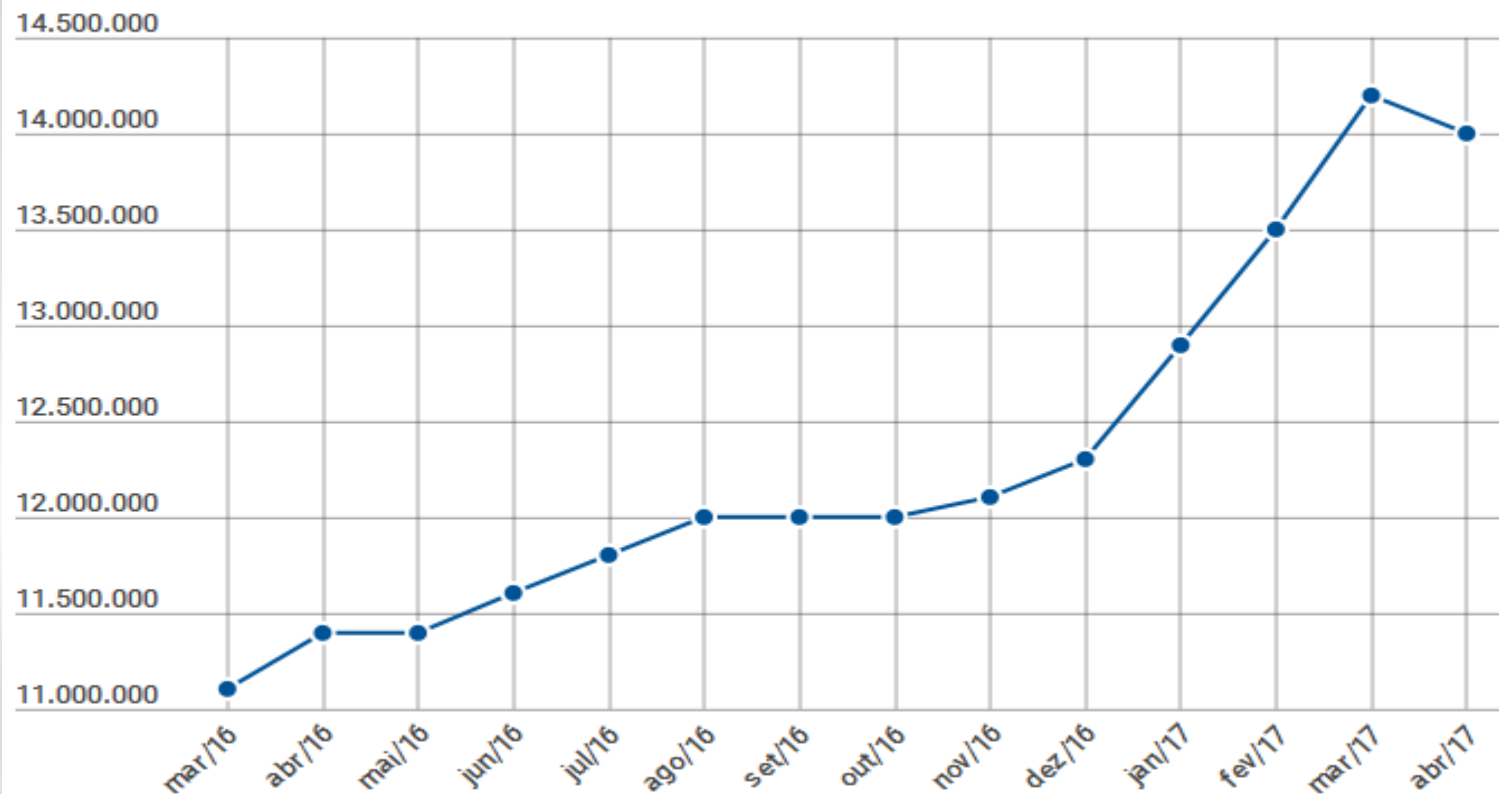
Xavier disse que, quando se veem os últimos trimestres da série histórica, somente 2015 e 2016 tiveram resultado negativo, o que mostra que é necessário ter cautela nas previsões, pois a economia está demorando para reagir.



DESEMPREGO NO BRASIL

Número de desempregados

Registro no trimestre encerrado em cada mês



FONTE: Instituto Brasileiro de geografia e Estatística (IBGE)



CRIAÇÃO DE EMPREGOS NO BRASIL

Criação de emprego no Brasil

Saldo de contratações e demissões nos últimos meses

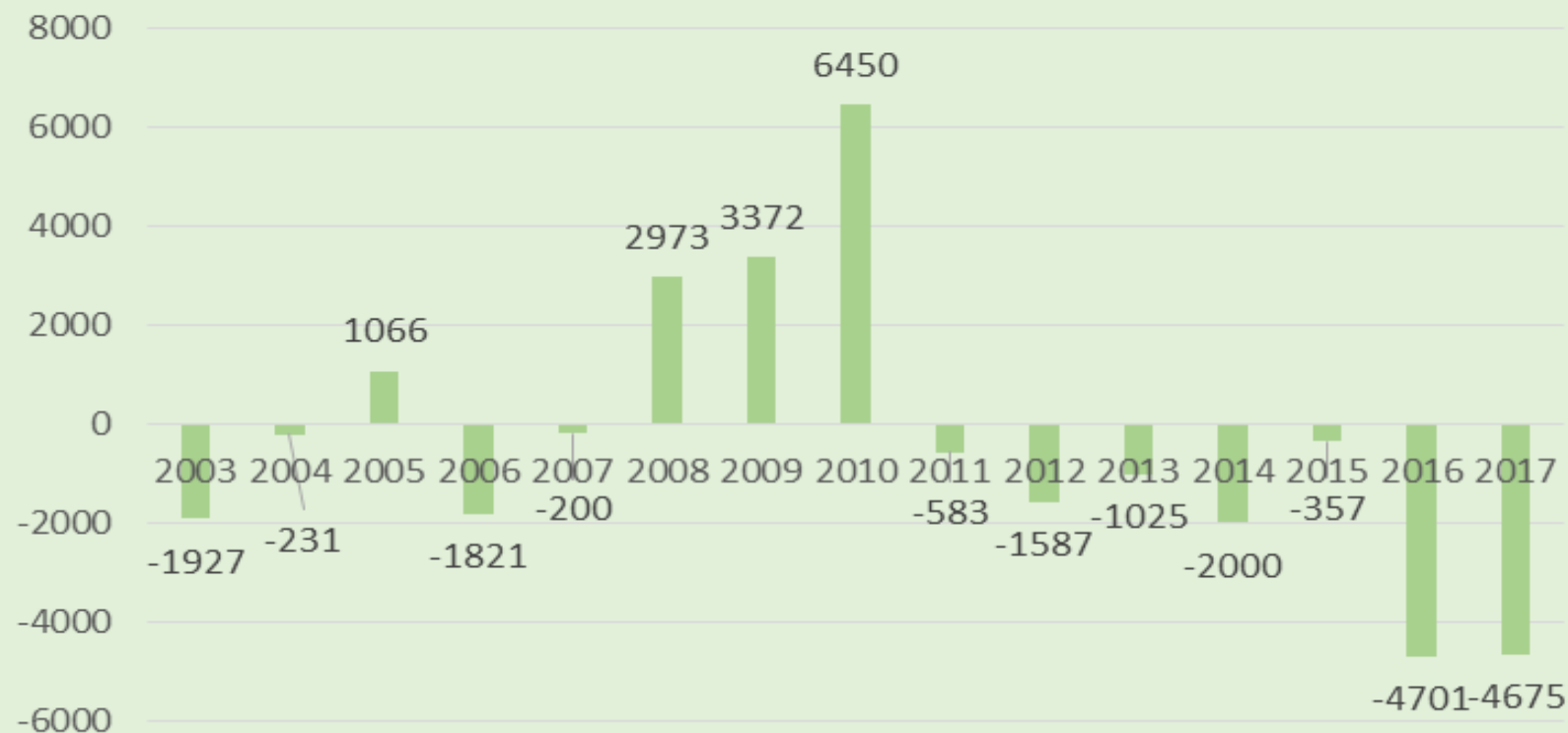


fonte: Caged/Ministério do Trabalho



CRIAÇÃO DE EMPREGOS NO BRASIL

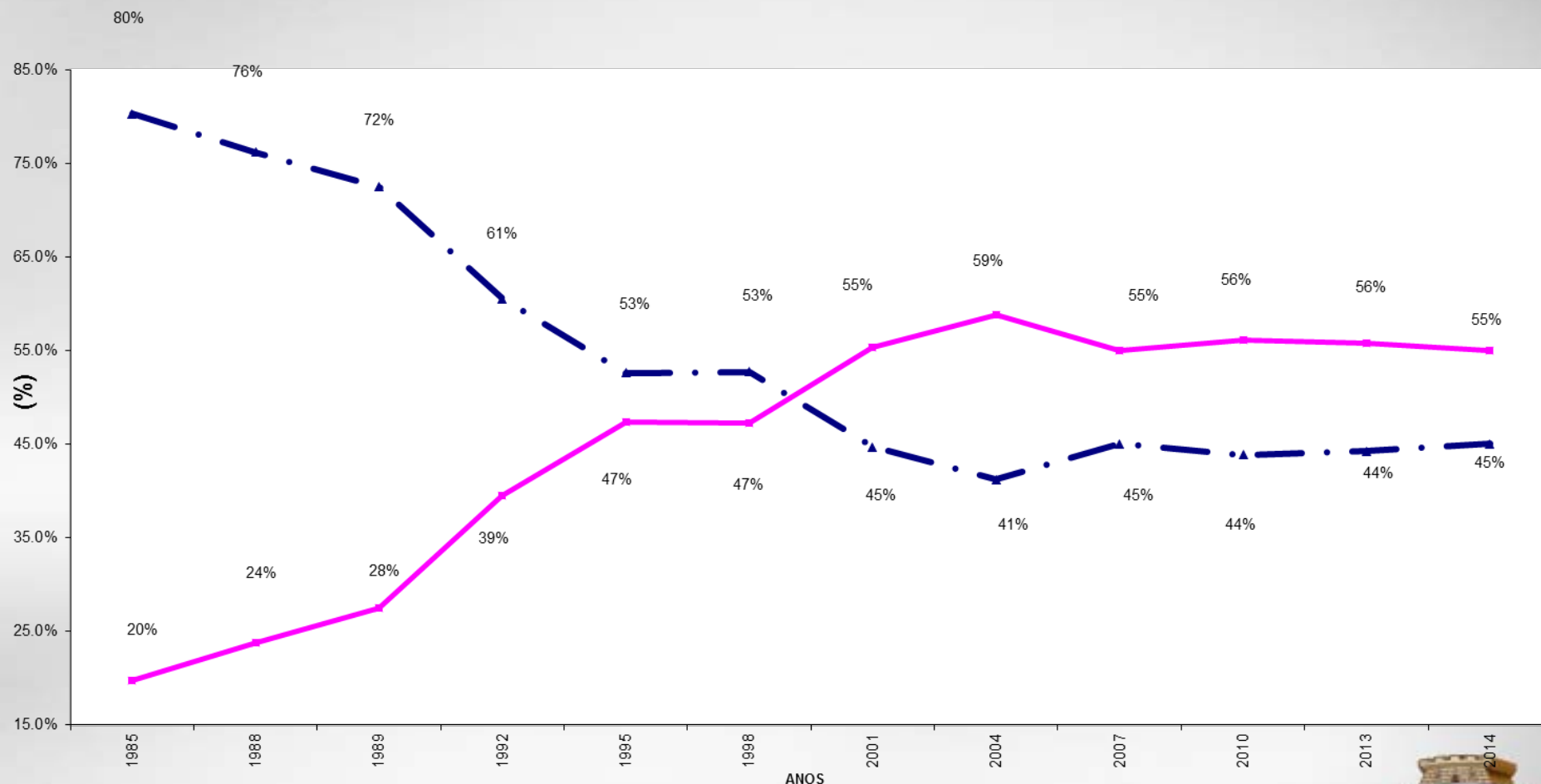
Desemprego Ceará - Março



Dos 7 setores produtivos, apenas a administração pública contratou mais que demitiu em março deste ano



COMPARATIVO DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA ARRECADAÇÃO DO IR + IPI COM DEMAIS RECEITAS ADM. RFB EXCETO RECEITA PREVIDENCIÁRIA



* Queda na participação relativa das receitas do IR + IPI que compõem a base de cálculo das transferências constitucionais e crescimento da participação relativa das demais receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal.



Resultado Primário Governo Federal

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses
Brasil – 2011/2017 – R\$ Bilhões – A preços de abr/17 – IPCA



Fonte: Tesouro Nacional



Dívida Líquida do Tesouro

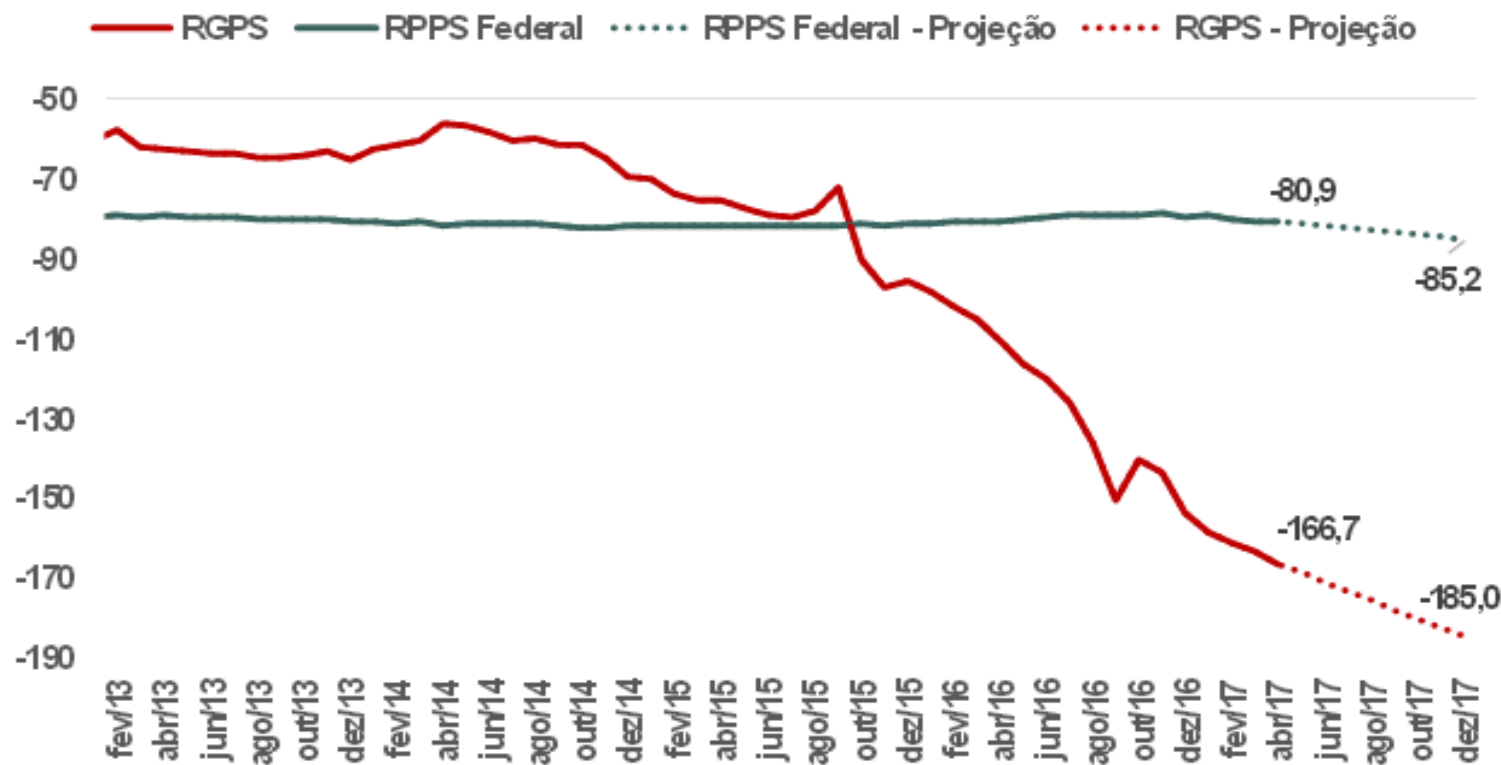


Fonte: STN



PREVIDÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Federal* - Acumulado em 12 meses - Brasil – 2013/2017 – R\$ Bilhões – A preços de abr/17 - IPCA



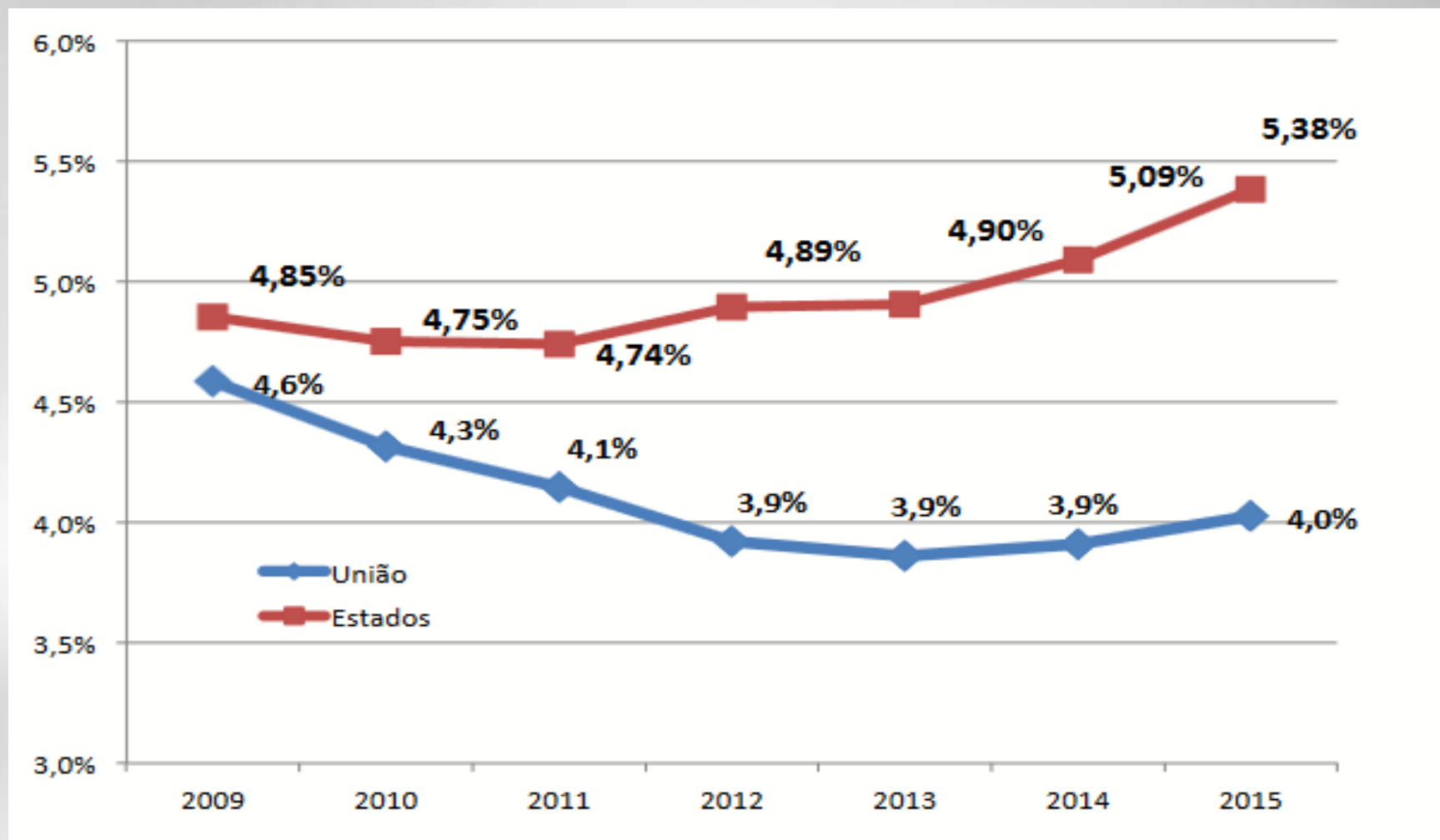
* RPPS Federal inclui servidores civis e militares.

Fonte: Tesouro Nacional

Fonte: STN



Despesas com Pessoal – União e Estados (% do PIB)



Fonte: STN



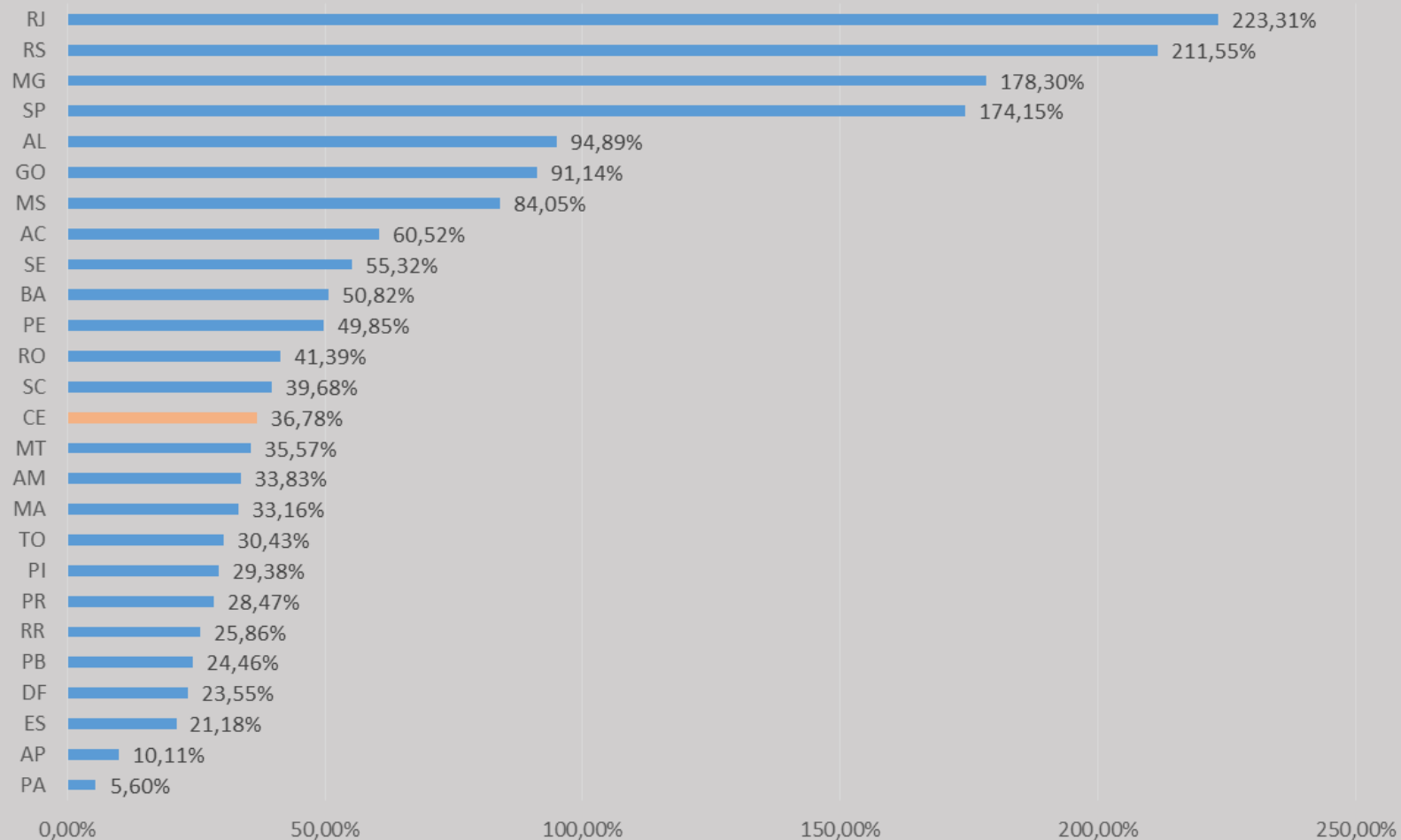
Dados do Estados

1.º Quadrimestre 2017



Divida Consolidada Líquida/ Receita Corrente Líquida

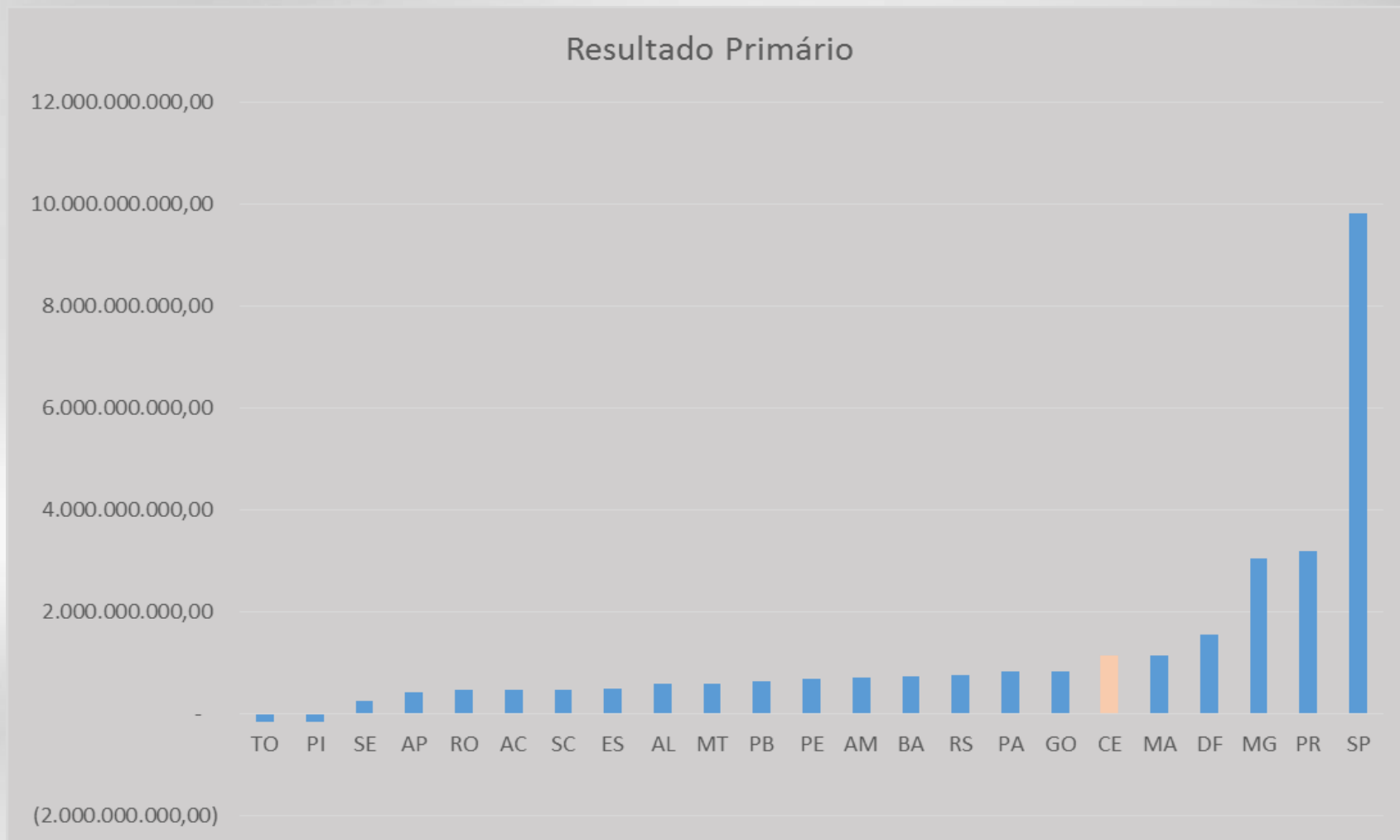
DCL/RCL dos Estados



Fonte: STN/SICONFI e Sítios dos Estados



Resultado Primário dos Estados

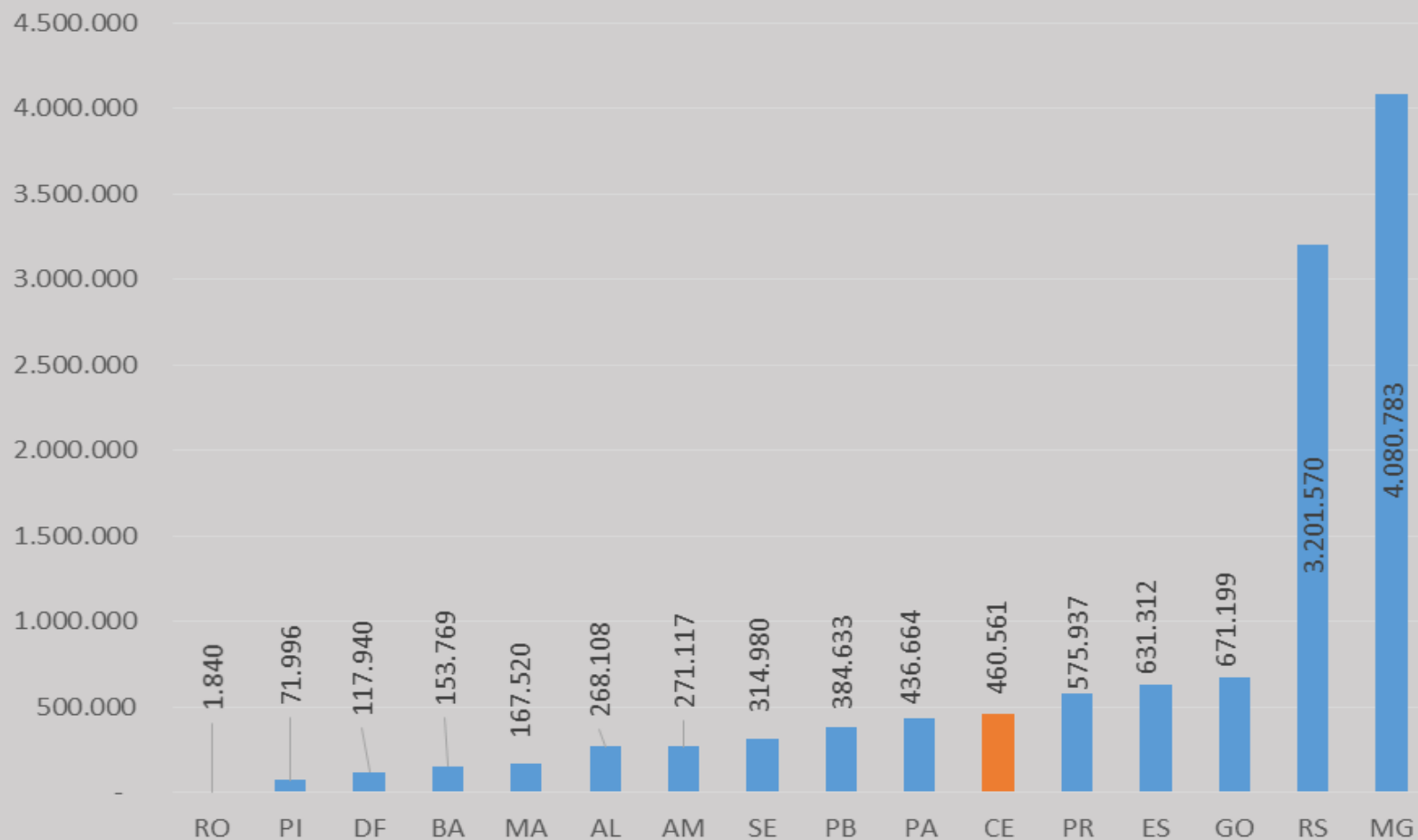


Fonte: STN/SICONFI e Sítios dos Estados



PREVIDÊNCIA DOS ESTADOS

Insuficiência Financeira



Fonte: STN/SICONFI e Sítios dos Estados



GESTÃO FISCAL ESTADUAL



GESTÃO FISCAL ESTADUAL



PREMISSAS DA GESTÃO TRIBUTÁRIA E FISCAL 2015 A 2018

- ✓ POLÍTICA PÚBLICA DE REDUÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA;**
- ✓ RIGOR NO CONTROLE DAS DESPESAS;**
- ✓ DESBUROCRATIZAÇÃO;**
- ✓ CAPACITAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.**



GESTÃO FISCAL ESTADUAL

INSTRUMENTOS DE GESTÃO IMPLANTADOS:

✓ COGERF- COMITÊ DE GESTÃO POR RESULTADOS E GESTÃO FISCAL

CONSISTE NUM GRUPO DE SECRETÁRIOS DE ESTADO QUE SE REÚNEM SEMANALMENTE PARA ASSESSORAR O GOVERNADOR, DEFINIR DIRETRIZES E ESTABELECEMEDIDAS A SEREM SEGUIDAS PELOS ÓRGÃOS QUE INTEGRAM A ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL.

COMPOSIÇÃO:

- SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO;
- SECRETÁRIO DA FAZENDA;
- SECRETÁRIO DA CASA CIVIL;
- PROCURADOR GERAL DO ESTADO;
- CONTROLADOR E OUVIDOR GERAL DO ESTADO.

✓ MAPP- MONITORAMENTO DE AÇÕES E PROJETOS PRIORITÁRIOS

O sistema permite ao Governador acessar todos os projetos para fazer o acompanhamento e determinar ajustes, quando necessário. Há câmeras instaladas nos grandes projetos, o que permite ver o ambiente da obra em tempo real



GESTÃO FISCAL ESTADUAL

INSTRUMENTOS CONTÁBEIS E FINANCEIROS IMPLANTADOS:

- ✓ **S2GPR- SISTEMA DE GESTÃO GOVERNAMENTAL POR RESULTADOS**
Controle orçamentário, financeiro, contábil e emissão de relatórios oficiais.
- ✓ **SMART-SISTEMA MODULAR DE ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS DO TESOURO**
Consultas gerenciais e dinâmicas da execução da receita e despesa para análise e verificação de atendimento das normas legais.
- ✓ **ART. 42 DA L.R.F. APLICADO EM TODOS OS ANOS.**
- ✓ **FIXAÇÃO DE RECURSOS ANTES À REALIZAÇÃO DO EMPENHO**



MEDIDAS - 2007 A 2016

REVITALIZAÇÃO DOS POSTOS FISCAIS DE FRONTEIRA/DIVISA:

- ✓ *Centro de Informações e Operações Fiscais - CIOF;*
- ✓ *Sistema de Trânsito de Mercadorias - SITRAM;*



MEDIDAS - 2007 A 2016

REVITALIZAÇÃO DOS POSTOS FISCAIS DE FRONTEIRA/DIVISA:

- ✓ *Construção e reforma dos Postos Fiscais;*
- ✓ *Instalação de 4 Scanners fixo e 1 móvel, Câmeras e Balança Dinâmica.*







SISTEMAS CORPORATIVOS – SIGET MONITORAMENTO

- ✓ **Ferramenta operacional para execução do Monitoramento Fiscal**
- ✓ **Indicadores de desempenho fiscal do contribuinte**
- ✓ **Divergências detectadas por cruzamentos de base de dados**
- ✓ **Acompanhamento da execução do Monitoramento Fiscal**



PORTAL DO CONTRIBUINTE

- ✓ **ACESSO AO EMISSOR DE NF´E ON-LINE E OFF-LINE;**
- ✓ **MANIFESTAÇÃO DO DESTINATARIO;**
- ✓ **EMIÇÃO DO DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO ESTADUAL - DAE;**
- ✓ **EXTRATO DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS;**
- ✓ **EXTRATO FINANCEIRO / PAGAMENTOS;**
- ✓ **DOWNLOAD DE ARQUIVOS (SPED, NF-e, CT-e);**
- ✓ **COMUNICADOS ELETRÔNICOS / DOMICILIO ELETRONICO;**
- ✓ **ATENDIMENTO ON-LINE (CHAT);**
- ✓ **PERFIL DA EMPRESA;**
- ✓ **PROCURAÇÃO ELETRÔNICA.**



MÓDULO FISCAL



Resultados da Gestão Fiscal

Visão Geral



Monitoramento Fiscal – Análise da Arrecadação

RECEITA DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA

PERÍODO: MARÇO / 2017

VALORES NOMINAIS

RECEITAS	MARÇO / 2016 (1)	FEVEREIRO / 2017 (2)	MARÇO / 2017 (3)	JANEIRO A MARÇO		VARIÇÕES			PARTIC. NO TOTAL ACUM. 2017
				2015 (4)	2016 (5)	(3/1)	(3/2)	(5/4)	
ICMS	806.627.987,70	820.242.335,50	828.483.965,44	2.503.175.939,44	2.604.933.176,99	2,71%	1,00%	4,07%	54,40%
IPVA	105.983.766,58	116.405.211,65	111.883.709,51	417.315.366,19	457.801.212,13	5,57%	-3,88%	9,70%	9,60%
ITCD	6.312.136,25	3.265.551,23	3.787.504,36	21.501.666,86	10.905.683,58	-40,00%	15,98%	-49,28%	0,20%
TAXAS ADM DIRETA	1.027.965,51	1.293.585,50	1.449.545,79	3.035.928,25	4.033.684,52	41,01%	12,06%	32,86%	0,10%
MULTAS AUTÔNOMAS	3.804.216,64	4.798.834,04	2.263.251,30	9.119.291,92	10.786.820,82	-40,51%	-52,84%	18,29%	0,20%
FEEF	-	4.228.917,35	5.318.908,48	-	15.259.364,25	0,00%	25,77%	0,00%	0,30%
OUTRAS RECEITAS ADM DIRETA	5.068.553,40	2.442.443,55	4.447.976,82	9.213.033,62	8.273.674,73	-12,24%	82,11%	-10,20%	0,20%
TOTAL (1)	928.824.626,08	952.676.878,82	957.634.861,70	2.963.361.226,28	3.111.993.617,02	3,10%	0,52%	5,02%	65,00%

VALORES NOMINAIS

(*) Excluídas as Taxas e Outras Receitas da Administração Indireta



Monitoramento Fiscal – Análise da Arrecadação

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

RECEITAS	MARÇO / 2016	FEVEREIRO / 2017	MARÇO / 2017	JANEIRO A MARÇO		VARIações			PARTIC. NO TOTAL ACUM. 2017
	(1)	(2)	(3)	2015 (4)	2016 (5)	(3/1)	(3/2)	(5/4)	
FPE	378.399.880,32	682.381.650,34	429.030.055,07	1.498.590.898,39	1.645.476.375,57	13,38%	-37,13%	9,80%	34,00%
CIDE	-	-	-	8.872.326,43	11.913.335,67	0,00%	0,00%	34,28%	0,25%
ROYALTIES	1.427.767,70	2.559.592,22	2.465.721,02	4.862.531,35	7.003.706,93	72,70%	-3,67%	44,03%	0,15%
IPI	2.413.950,82	2.738.103,60	2.151.667,55	8.087.940,68	7.379.860,03	-10,87%	-21,42%	-8,75%	0,15%
LEI KANDIR	1.985.112,19	1.985.112,19	1.985.112,19	5.955.336,57	5.955.336,57	0,00%	0,00%	0,00%	0,12%
FPE	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL (2)	384.226.711,03	689.664.458,35	435.632.555,83	1.526.369.033,42	1.677.728.614,77	13,38%	-36,83%	9,92%	34,70%

VALORES NOMINAIS

RECEITA TOTAL DO ESTADO (PARTICIPAÇÃO)

RECEITA TOTAL

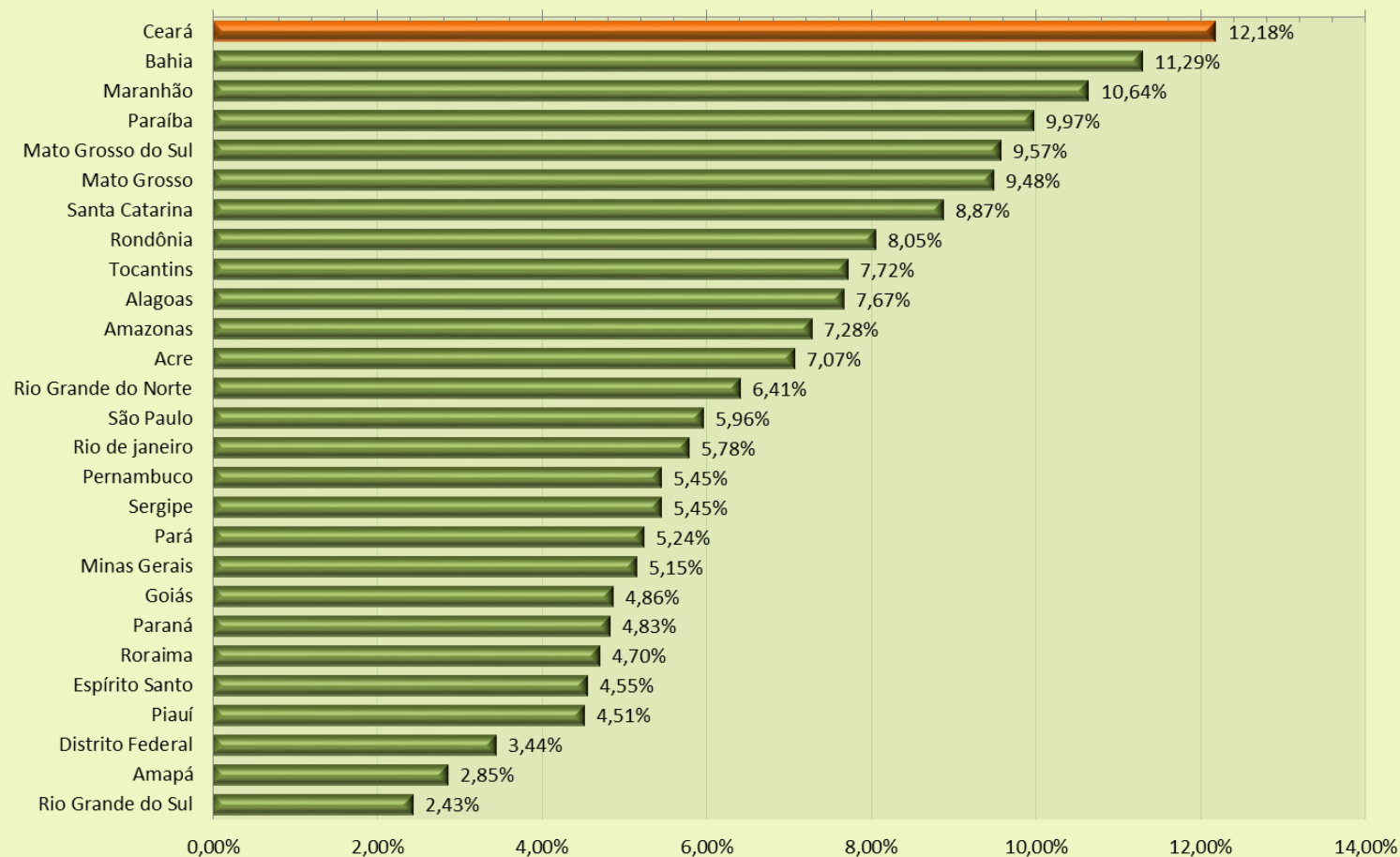
RECEITAS	MARÇO / 2016	FEVEREIRO / 2017	MARÇO / 2017	JANEIRO A MARÇO		VARIações			PARTIC. NO TOTAL ACUM. 2017
	(1)	(2)	(3)	2015 (4)	2016 (5)	(3/1)	(3/2)	(5/4)	
RECEITA TOTAL (1 + 2)	1.313.051.337,11	1.642.341.337,17	1.393.267.417,53	4.489.730.259,70	4.789.722.231,79	6,11%	-15,17%	6,68%	100,00%

VALORES NOMINAIS



Monitoramento Fiscal – Investimento dos Estados

Investimento dos Estados - 2016 (Em % da RCL)



Situação Fiscal – FIRJAN

Abril/2017

A Situação Fiscal dos Estados Brasileiros - 2016

Ranking: Crise Fiscal dos Estados do pior para o melhor.

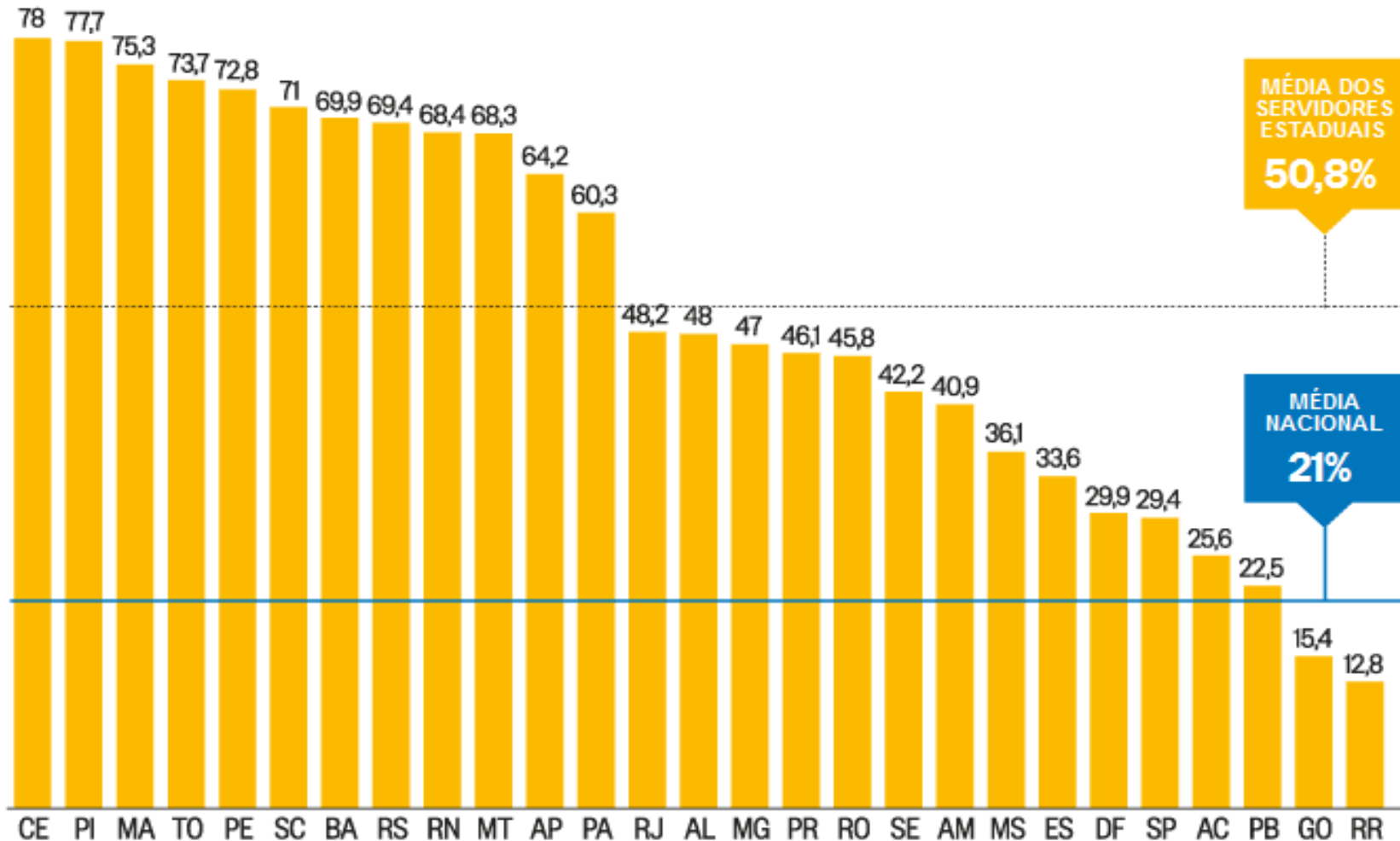
UF	Ranking Geral	Pessoal/RCL		Dívida/RCL		(Caixa - RAP)/RCL		Investimentos/RCL	
		Indicador	Ranking	Indicador	Ranking	Indicador	Ranking	Indicador	Ranking
Média Brasil		58,8%		69,5%		14,4%		5,7%	
RS	1º	76,1%	2*	212,9%	2*	-41,9%	1*	1,8%	1*
MG	2º	78,0%	1*	203,1%	3*	-6,8%	3*	2,8%	4*
RJ	3º	72,3%	3*	232,1%	1*	-24,0%	2*	5,4%	13*
SP	4º	66,0%	7*	175,5%	4*	6,4%	8*	5,0%	11*
GO	5º	56,5%	15*	93,8%	6*	2,2%	6*	2,7%	3*
PE	6º	65,8%	8*	57,9%	10*	6,2%	7*	5,4%	15*
AC	7º	61,6%	11*	72,7%	8*	13,6%	15*	5,5%	16*
SE	8º	48,6%	24*	60,4%	9*	-3,4%	4*	5,4%	14*
RN	9º	67,5%	5*	3,1%	27*	-	-	4,5%	9*
DF	10º	51,6%	21*	29,9%	23*	-0,2%	5*	2,8%	5*
MS	11º	54,2%	16*	77,9%	7*	8,3%	9*	8,1%	24*
MT	12º	67,3%	6*	40,5%	18*	14,0%	16*	6,3%	18*
PR	13º	61,1%	13*	38,8%	19*	16,6%	20*	4,0%	8*
BA	14º	63,4%	9*	55,8%	11*	13,5%	14*	11,0%	26*
AM	15º	54,0%	17*	40,5%	17*	9,8%	10*	6,2%	17*
RO	16º	50,1%	22*	50,1%	13*	14,2%	17*	4,9%	10*
PI	17º	62,1%	10*	45,2%	14*	13,0%	13*	10,7%	25*
RR	18º	44,6%	27*	34,8%	20*	11,8%	12*	3,1%	6*
SC	19º	61,5%	12*	50,2%	12*	14,3%	19*	8,0%	23*
TO	20º	67,8%	4*	33,2%	21*	64,4%	25*	6,5%	19*
PB	21º	57,0%	14*	30,2%	22*	10,6%	11*	7,1%	22*
AL	22º	45,9%	26*	102,9%	5*	20,0%	21*	6,8%	21*
ES	23º	51,9%	20*	26,4%	24*	37,7%	23*	4,0%	7*
AP	24º	47,8%	25*	14,4%	25*	51,2%	24*	2,1%	2*
PA	25º	53,0%	18*	9,3%	26*	33,8%	22*	5,2%	12*
MA	26º	52,9%	19*	42,5%	16*	73,6%	26*	6,6%	20*
CE	27º	49,3%	23*	43,6%	15*	14,3%	18*	11,1%	27*



Gestão Fiscal – Evolução da Despesa de Pessoal

VARIAÇÃO DOS SALÁRIOS FRETE A 2006

EM %



Gestão Fiscal – Indicadores da LRF/CF

INDICADORES DA LRF E CF			
Indicador	Definição da meta	2015	2016
Educação	Mínimo de 25% da RLIT	26,78%	26,66%
Saúde	Mínimo de 12% da RLIT	14,25%	13,90%
Resultado Primário - LRF	Estabelecida na LDO	460.811	890.046
Resultado Nominal	Estabelecida na LDO	3.284.829	(1.594.195)
Pessoal	Máximo de 57% da RCL	45,93%	40,71%
Valores de Referência			
RCL - Receita Corrente Líquida		15.176.440	17.831.937
RLIT EDUCAÇÃO - Receita Líquida de Impostos e Transferências		14.403.057	16.266.219
RLIT SAÚDE - Receita Líquida de Impostos e Transferências		14.403.057	16.266.217

Metas e limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, Constituição Federal e Legislação Estadual.



Gestão Fiscal – Indicadores de Endividamento

R\$ 1.000			
INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO			
Indicador	Definição da meta	2015	2016
Dívida Consolidada Líquida	Máximo de 200% da RCL	9.369.813	7.775.618
	% da RCL	61,74%	43,61%
Garantias	Máximo de 22% da RCL	6,20%	4,57%
Op.Crédito	Máximo de 16% da RCL	1.539.757	1.109.696
	% da RCL	10,15%	6,22%
Serv. da Dív. Pública	Máximo de 11,5% da RCL	1.102.117	1.265.357
	% da RCL	7,26%	7,10%
Dívida Consolidada Bruta		11.113.042	10.518.535
Valores de Referência			
RCL - Receita Corrente Líquida		15.176.440	17.831.937

Metas e limites estabelecidos na LRF e nas Resoluções do Senado n.º 40/01 e 43/01



Gestão Fiscal – Metas do Programa de Ajuste Fiscal – Análise Preliminar - 2016

1.000.000				
METAS DO PROGRAMA DE AJUSTE FISCAL				
Meta	Definição da meta	meta	2016	Situação
1 - Dívida Financeira /RLR	Máximo de 100% da RLR	100,00%	65,07%	Cumprida
2 - Resultado Primário	Estabelecida no PAF	-812	634	Cumprida
4 - Despesa de Pessoal (conceito PAF)	60% da RCL	60,00%	50,06%	Cumprida
3 - Receita de Arrecadação Própria	Estabelecida no PAF	12.383	12.868	Cumprida
5 - Reforma do Estado	Estabelecida no PAF			Cumprida
6 - Investimentos	Estabelecida no PAF	14,50%	12,55%	Cumprida
Valores de Referência				
RLR - Receita Líquida Real		13.763	16.140	

A meta 5 do PAF se divide em ações que tragam para o Estado melhorias na gestão fiscal e financeira. O Ceará vem cumprido todas elas ano a ano. Dentre estas, é necessário manter as Outras Despesas Correntes abaixo do percentual de 42,49 % da RLR. O Estado, preliminarmente, cumpriu este limite com valor inferior ao ano de 2015, executando 39,65%.

Metas estabelecidas no Programa de Ajuste Fiscal do Estado do Ceará.

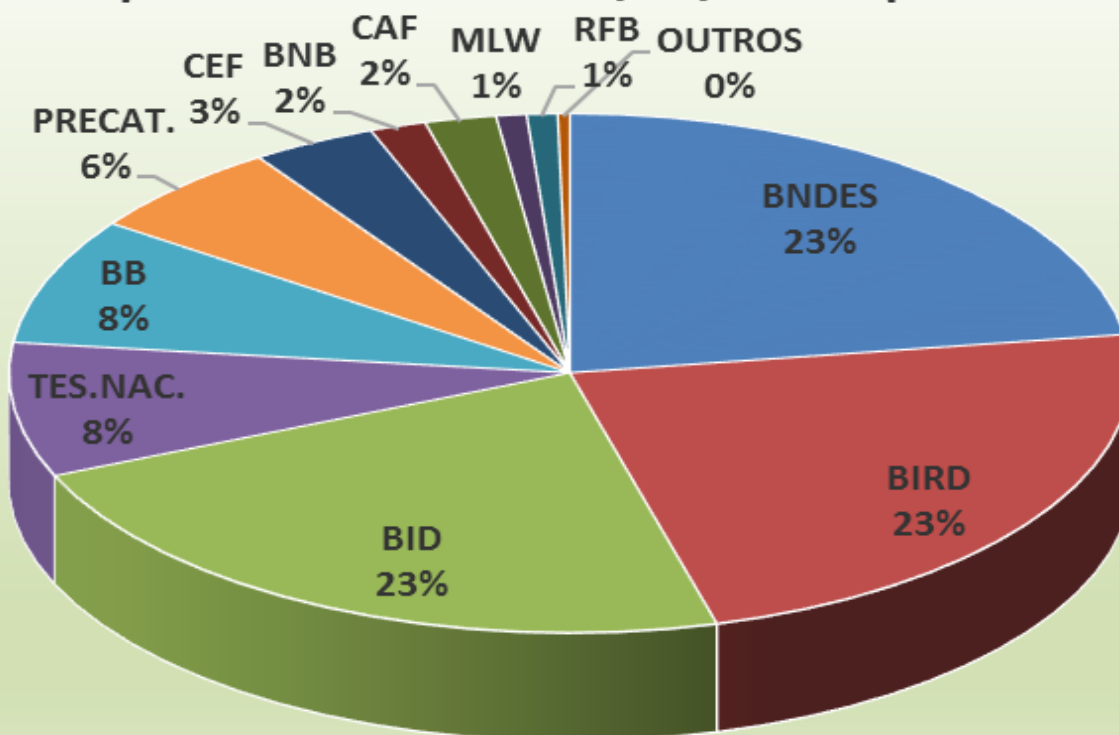


Análise da Dívida Pública Estadual



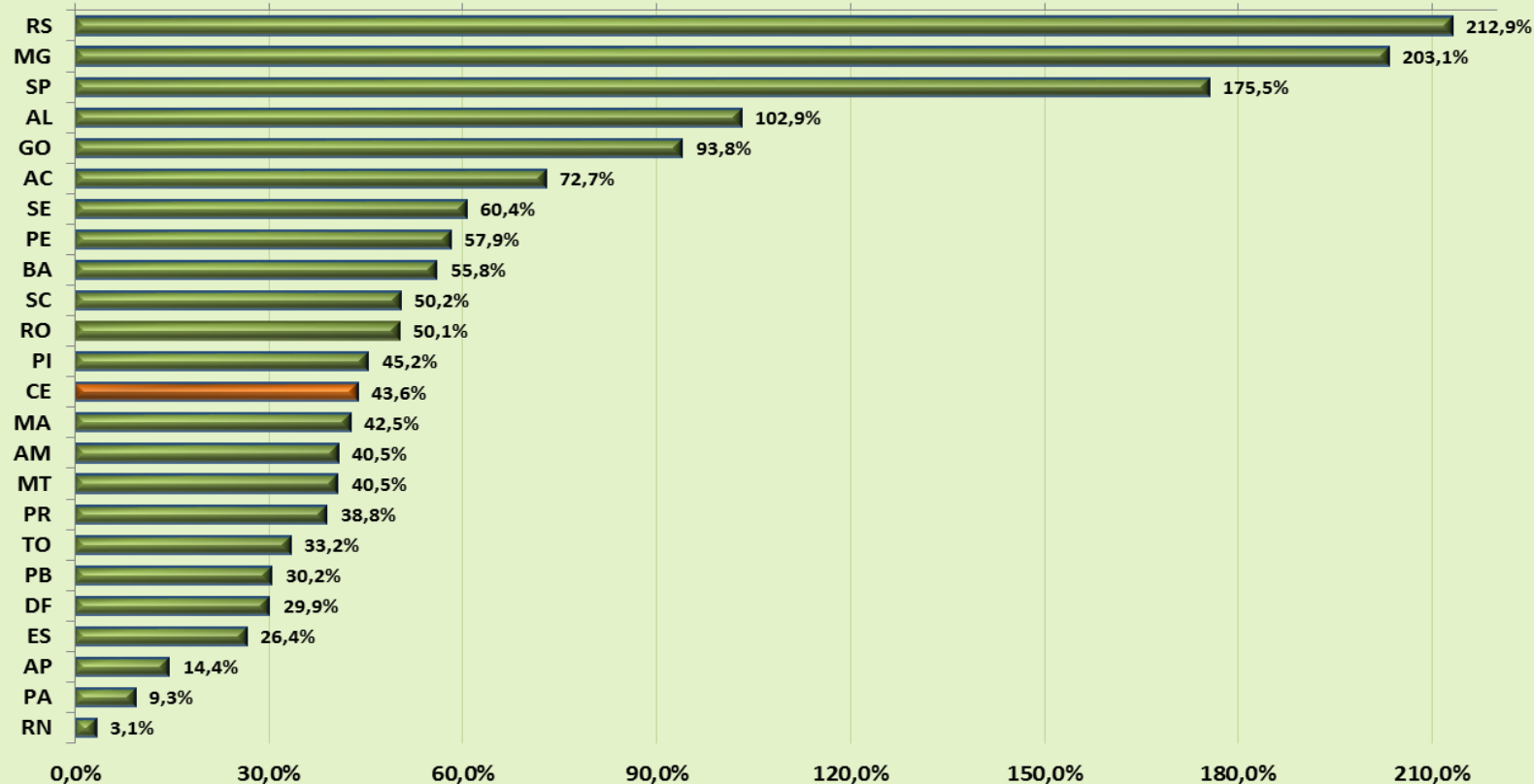
Dívida Pública – Estoque por Credor

Estoque da Dívida em 31/12/2016 - por Credor



Dívida Pública – DCL / RCL dos Estados

Comparativo da DCL/RCL (%) dos Estados - 2016



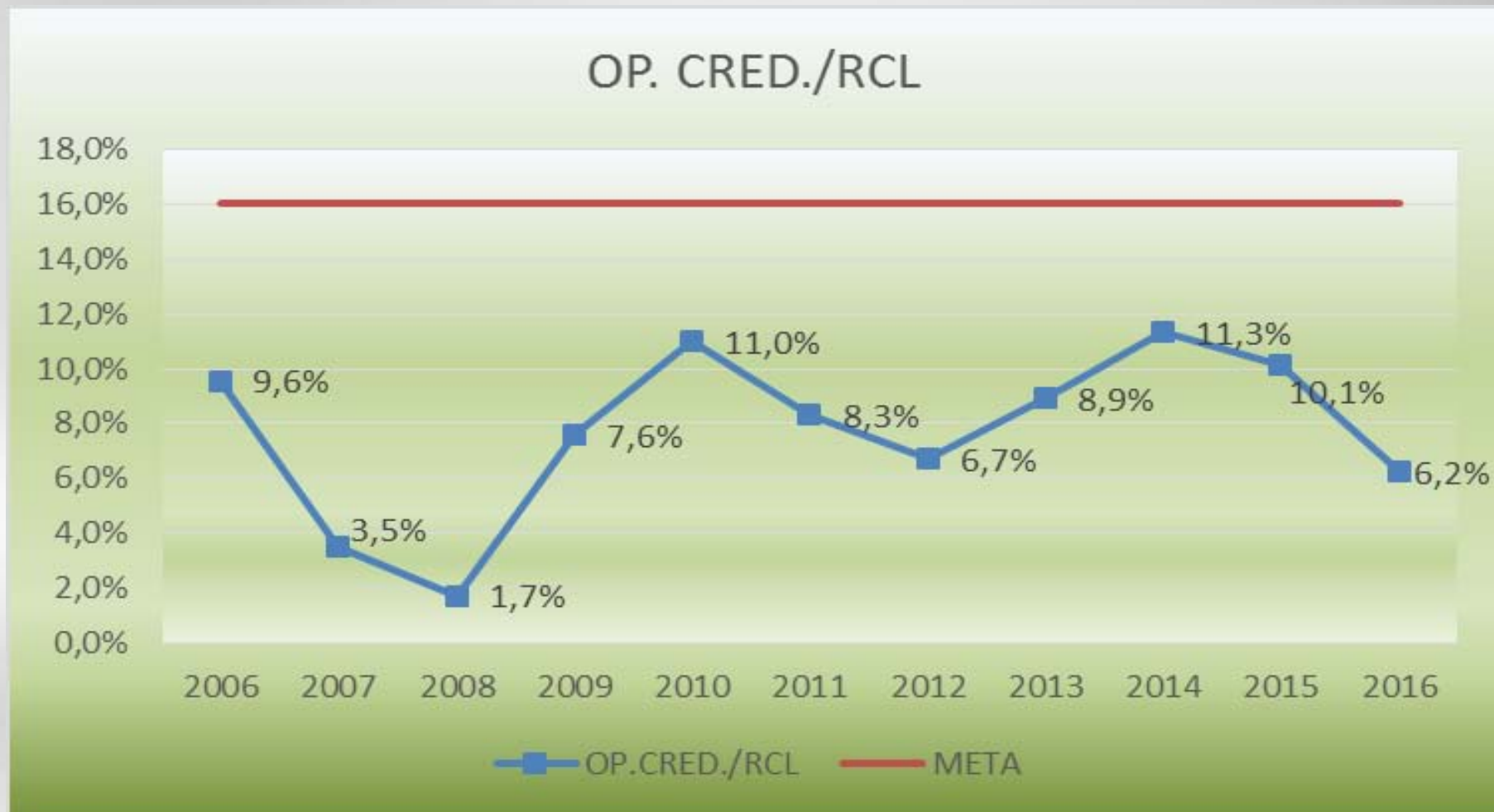
Fonte: SICONFI e CGU



Dívida Pública – Evolução do Serviço da Dívida



Dívida Pública – Evolução das Operações de Crédito



PERSPECTIVAS



ÚLTIMAS MEDIDAS DE AJUSTE FISCAL

- ✓ **EC 88/2016 – EMENDA DO CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL**
- ✓ **REDUÇÃO DE 10% DOS INCENTIVOS FISCAIS**
- ✓ **ELEVAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE 11% PARA 14%.**
- ✓ **Lei da Conta Única**
- ✓ **Decreto de Eficiência dos Gastos**



EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 88/2016

- ✓ INSTITUI NOVO REGIME FISCAL;
- ✓ LIMITES DE CRESCIMENTO PARA AS DESPESAS PRIMÁRIA CORRENTES DE 7% NO ANO DE 2017;
- ✓ NOS EXERCÍCIOS POSTERIORES, A LDO DEFINIRÁ O LIMITE ENTRE O IPCA OU 90% DO CRESCIMENTO DA RCL;
- ✓ LIMITES INDIVIDUALIZADOS POR PODER;
- ✓ VIGORARÁ POR 10 EXERCÍCIOS FINANCEIROS;
- ✓ NÃO SE INCLUEM NO LIMITE DESPESAS RELATIVAS À SAÚDE E EDUCAÇÃO.



Potencialidades do Estado do Ceará

- ✓ **CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ;**
- ✓ **PORTO DO PECÉM;**
- ✓ **SIDERÚRGICA DO PECÉM;**
- ✓ **ACQUÁRIO CEARÁ;**
- ✓ **HUB DA TAM;**
- ✓ **AEROPORTO DE JERICOACOARA.**



Centro de Eventos do Ceará



CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ



Porto do Pecém



Siderúrgica do Pecém



Acquário Ceará



ACQUÁRIO
CEARÁ



Aeroporto de Jericoacoara



Contatos:
mauro.filho@sefaz.ce.gov.br
(85) 3101-9101

